



O QUE NÃO NOS CONTARAM SOBRE A LIBERDADE: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA ANTIRRACISTA NA SAÚDE

RILLARY CARVALHO DOS SANTOS; LARISSA CRISTINA DE CASTRO; LUANA PEREIRA MARQUES; MARIANA PROCÓPIO ARRUDA LEMOS

RESUMO

Mais de um século após a abolição formal da escravidão, seus impactos seguem enraizados na realidade da população negra brasileira. A falsa ideia de que a assinatura da Lei Áurea representou liberdade e igualdade ignora que a ausência de reparações históricas perpetuou desigualdades socioeconômicas e consolidou o racismo estrutural no país. A falta de acesso à terra, ao trabalho digno e aos direitos básicos relegou essa população à marginalização, cujos efeitos se refletem, ainda hoje, nos piores indicadores de saúde, educação, renda e expectativa de vida. Diante desse contexto, a Liga Acadêmica de Saúde da População Negra (LASPN) da Universidade Federal de São João del-Rei – Campus Centro-Oeste (UFSJ-CCO) promoveu, em 27 de maio de 2025, a aula aberta “*O que não nos contaram sobre liberdade: impactos pós-abolição da escravatura na população negra*”. O evento reuniu 39 participantes e foi conduzido por meio de dinâmicas interativas, rodas de diálogo e partilhas de vivências, fomentando a construção coletiva de saberes e reflexões críticas sobre os efeitos do racismo estrutural na saúde. As exposições da historiadora Kell Silva e da enfermeira e doutoranda Emily Batista abordaram, respectivamente, a gênese histórica do racismo e suas permanências nas instituições contemporâneas, bem como os desafios enfrentados pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). As discussões dialogaram com dados do IBGE, que evidenciam a persistência das desigualdades, como menor expectativa de vida, maior adoecimento e altos índices de violência letal contra a população negra. O encontro destacou a urgência da efetivação da educação antirracista, prevista na Lei nº 10.639/2003, e a necessidade de formar profissionais conscientes dos impactos do racismo nos determinantes sociais da saúde. A atividade reafirmou o compromisso da LASPN com a luta antirracista e com a promoção da equidade racial, encerrando-se com a potente mensagem de Conceição Evaristo: “*Combinaram de nos matar. Mas nós combinamos de não morrer*”.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; Aprendizado Ativo; Equidade.

1 INTRODUÇÃO

Mais de um século após a abolição formal da escravidão no Brasil, os impactos desse processo ainda refletem na vida da população negra. Discutir o que não foi contado sobre a liberdade pós-abolição é essencial para compreendermos a persistência das desigualdades raciais, sociais e econômicas que estruturam a sociedade brasileira (Alves; Rocha, 2021). Ademais, a falsa ideia de que a assinatura da Lei Áurea representou o fim da opressão ignora as continuidades históricas do racismo e a negligência do Estado em garantir condições dignas de vida à população negra liberta (Moraes, 2023).

As desigualdades entre negros e não negros permanecem evidentes em todos os indicadores sociais, como educação, renda, saúde e acesso ao trabalho formal (Ferreira, 2020). Essa realidade é reflexo direto da ausência de políticas públicas efetivas no pós-abolição,

momento em que o Estado brasileiro optou por abandonar os ex-escravizados à própria sorte, sem garantir reparações históricas ou inclusão social (Silva; Rodrigues, 2023).

A abolição foi um ato autoritário e simbólico, conduzido por uma elite pressionada interna e externamente, sem qualquer compromisso com a reparação. Os negros libertos foram lançados à marginalização, sem terras, trabalho digno ou acesso a direitos básicos. Assim, a abolição formal, ao não reconhecer os negros como sujeitos históricos, perpetuou o racismo institucional e as desigualdades estruturais que atravessam o país até os dias atuais (Morais, 2023).

A aula aberta da Liga Acadêmica da População Negra (LASPN), realizada por acadêmicos da Universidade Federal de São João del Rei, intitulada: “O que não nos contaram sobre liberdade: impactos pós-abolição da escravidão na população negra”, propôs justamente romper com essas omissões históricas, abrindo espaço para a reflexão crítica sobre os mecanismos contemporâneos de exclusão e a urgência de ações afirmativas e políticas reparatórias. Assim, debater essas questões é não apenas reconhecer as injustiças do passado, mas também um passo necessário para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

2 RELATO DE CASO/EXPERIÊNCIA

No dia 27 de maio de 2025, a Liga Acadêmica de Saúde da População Negra (LASPN), da Universidade Federal de São João Del Rei Campus Centro Oeste (UFSJ CCO), promoveu uma aula aberta com o tema: “O que não nos contaram sobre liberdade: impactos pós-abolição da escravidão na população negra.” A atividade foi realizada presencialmente, Universidade Federal de São João Del Rei Campus Centro Oeste (UFSJ-CCO), sala 203, bloco A e contou com a presença de 39 participantes dentre estes estavam estudantes, docentes e membros da comunidade acadêmica interessados na temática.

A metodologia adotada, que combinou momentos expositivos, dinâmicas interativas e compartilhamento de experiências, foi fundamental para promover não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a construção coletiva de saberes, abordando o referencial de Paulo Freire, em que a educação parte da realidade dos sujeitos, promovendo diálogo e reflexão para fortalecimento de vínculos e ampliação da consciência crítica dos participantes sobre as questões raciais e seus impactos na saúde da população negra (Freire, 2019).

A condução do percurso metodológico foi estruturado para promover um espaço de construção coletiva, reflexão crítica e diálogo. A atividade iniciou-se com uma breve apresentação institucional da LASPN, conduzida pela diretora geral e acadêmica do curso de Enfermagem, Rillary Carvalho, que contextualizou os objetivos da aula aberta e destacou a importância de espaços acadêmicos voltados para discussões sobre a saúde da população negra, suas relações étnico-raciais.

Para introduzir o tema, foi realizada uma dinâmica interativa, na qual os participantes foram convidados a refletir sobre “O que é ser livre? O que é liberdade?”. Cada pessoa de forma espontânea, expressou o que entendia sobre esse conceito, sendo relatado por participantes que “Ser livre é poder escolher fazer o que quer”, “Que a liberdade é pra ser sentida e não apenas vivida[...]” e “Ser livre é poder ter o que escolher.”

Após essa explanação, ocorreu uma encenação simbólica: uma voluntária foi vendada e orientada que fosse até o fundo da sala, dizendo que ela “estava livre para ir”. Neste momento, ela seguiu andando devagar, com certa insegurança, esbarrando em cadeiras, mas chegou até o local esperado. Em sequência, orientou-se que ela voltasse pelo mesmo caminho, mas que neste momento, seria conduzida de mãos dadas pela facilitadora, tornando o trajeto mais seguro. Os demais presentes, que estavam como espectadores desta dinâmica relataram sentimentos de aflição e medo no primeiro momento, em que a voluntária andava vendada e sozinha. Já no segundo, em que ela foi guiada, expressaram alívio e segurança. Esse exercício teve o propósito de provocar reflexões sobre a falsa liberdade que foi imposta à população

negra após a abolição da escravidão, marcada pela ausência de suporte, oportunidades e estrutura para garantia de direitos que proporcionam uma vida digna. Para concluir esse momento, ocorreu a leitura de uma poesia autoral “Liberdade é uma farsa”, escrito pela diretora da Liga, ampliando a compreensão e reflexão simbólica da dinâmica.

Posteriormente, a palavra foi passada para a primeira convidada, Prof.^a Dra. Kell Silva, historiadora, vereadora e educadora do ensino fundamental. Sua fala foi construída em formato expositivo, utilizando slides didáticos e vídeos, promovendo reflexões sobre a construção histórica do racismo, destacando como as estruturas de dominação surgiram muito antes da colonização das Américas, a partir de práticas mercantilistas na Europa. A convidada contextualizou como o conceito de raça foi socialmente construído para justificar e perpetuar sistemas de exploração e dominação, problematizando também como esse projeto reverbera nas instituições brasileiras até os dias atuais, com foco na educação e nas estruturas de poder.

Dando continuidade, foi realizada uma transição para a segunda convidada, Emily Batista, enfermeira e doutoranda na área de Saúde Coletiva. Sua abordagem foi estruturada no formato expositivo-diálogo, estimulando a participação do público. A partir da provocação “Qual é a cor do adoecimento?”, Emily conduziu uma reflexão sobre os impactos do racismo na saúde da população negra, apresentando dados estatísticos do IBGE e estudos que evidenciam as desigualdades raciais nos indicadores de saúde. A convidada trouxe elementos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), destacando suas diretrizes, limitações e desafios para efetivação, além de compartilhar relatos pessoais de vivências de racismo, tanto no campo acadêmico quanto nos serviços de saúde. Esses relatos foram utilizados como recurso metodológico para humanizar os dados e provocar empatia, tornando o debate mais próximo da realidade dos presentes.

Durante toda a aula, foi estimulada a participação ativa do público, que trouxe relatos, reflexões e questionamentos, enriquecendo o debate: “precisamos combinar os conhecimentos tradicionais da pessoa com o sistema de saúde e aplicar a política na prática e nas vivências de saúde,” “E o racismo faz parte do plano do sistema que tem o intuito de matar corpos negros, e que todos os progressos até hoje vieram de pressão feitas pela população”. As trocas envolveram desde experiências pessoais de racismo até análises críticas sobre o funcionamento do sistema de saúde, a subnotificação de dados étnico-raciais e os desafios para a efetivação das políticas públicas. A voz embargada de alguns participantes e os olhares atentos de outros mostravam que aquelas reflexões não eram apenas teóricas, mas atravessavam vivências reais, marcadas por dor, luta e resistência.

O encerramento foi marcado por lágrimas, sorrisos e abraços emocionados. As falas da diretoria, carregadas de afeto e compromisso, reforçaram que aquele encontro não era apenas uma atividade acadêmica, mas um ato de resistência coletiva. A exibição do vídeo final, com a frase de Conceição Evaristo: “Combinaram de nos matar. Mas nós combinamos de não morrer”, foi recebida com aplausos prolongados e olhos marejados, deixando no ar um sentimento de esperança e mobilização.

3 DISCUSSÃO

A aula aberta, realizada pela LASPN com o tema “O que não nos contaram sobre liberdade: impactos pós-abolição da escravidão na população negra” trouxe para os muros da universidade um momento de reflexão crítica sobre as repercussões históricas de uma abolição que aconteceu apenas no papel no Brasil, e como atualmente, se vivencia as repercussões por ela causada, especialmente no campo da saúde. A iniciativa propôs a desconstrução do que se tem nos livros de história, de que a assinatura da Lei Áurea garantiu a liberdade imediata, a cidadania e igualdade de direitos à população negra.

Diante das exposições feitas pelas Professoras Kell Silva e Emily Batista, bem como a interação dos participantes, foi possível entender como o “pós-abolição” não representou um

período de verdadeira emancipação, mas sim um momento de "reinvenção" das desigualdades, e novas formas de exclusão e violência se consolidaram (Santos, 2012). Além disso, indagou-se reflexões de como o cenário criado a partir da "abolição", contribuiu para a manutenção das desigualdades raciais presentes até os dias atuais e como o racismo estrutural se faz um determinante social das injustiças em saúde no Brasil (Almeida, 2019).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) mostram que a população negra, apesar de ser maioria no país, alcançando 56% da população, são invisibilizados, uma vez que possuem menor expectativa de vida, têm maior incidência de doenças crônicas não transmissíveis e são as grandes vítimas de violência letal. Tais dados, reafirmam e fundamentaram o fato de que a escravidão não se encerrou com a assinatura da Princesa Isabel, mas se mantém até os dias atuais com uma nova roupagem institucional e simbólica.

Sob o ponto de vista educacional, a aula proposta se fez fundamental, pois a educação antirracista, prevista na Lei nº10.639/2003, ainda não é executada como prevista em diversas instituições de ensino, e profissionais continuam sendo formados sem reconhecerem a existência do racismo estrutural e como ele impacta diretamente no cuidado, acesso e indicadores de saúde no Brasil.

A despeito da limitação de tempo, a iniciativa da LASPN, promoveu um momento potente de (re)construção de saberes e de acolhimento. Os olhares concentrados nas exposições, seja de regozijo pelo espaço de debate criado, seja de tristeza pela iniquidade da realidade vivida, escancarou a urgência de que esse tipo de discussão seja parte permanente da formação em saúde, em todas as esferas que a academia abarca, concluindo que há necessidade da continuação de ações como essa, para que se amplie o debate, formando profissionais conscientes, críticos e comprometidos com a equidade racial.

4 CONCLUSÃO

A Aula Aberta promovida pela Liga Acadêmica de Saúde da População Negra evidenciou a importância dos espaços acadêmicos na desconstrução de narrativas históricas hegemônicas e na valorização da memória da população negra. A atividade permitiu a reflexão crítica sobre os impactos persistentes do processo de abolição inconcluso, revelando como a ausência de reparações estruturais consolidou um ciclo contínuo de exclusão (Palma et al., 2025).

Por meio de metodologias participativas e abordagens interdisciplinares, o evento estimulou o engajamento dos participantes e promoveu a construção coletiva de saberes. A presença de convidadas com vivências acadêmicas e profissionais distintas fortaleceu o debate ao articular teoria, prática e experiência pessoal, tornando evidente que o racismo é um determinante social da saúde que compromete o acesso integral à saúde da população negra, exigindo uma formação continuada e antirracista dos profissionais de saúde (Santos et al, 2024).

A interação entre os participantes e os relatos apresentados demonstraram que o enfrentamento ao racismo exige ações efetivas, pautadas por políticas públicas consistentes, como aponta a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Brasil, 2009), enfatizando o papel das ações educativas na promoção da equidade racial em saúde (Santos et al, 2024). Durante o evento, as reações dos participantes — expressas em sentimentos de aflição, alívio, reflexões espontâneas, falas e denúncias de experiências pessoais de racismo — evidenciaram o caráter profundamente transformador da atividade. Esses momentos não apenas ampliaram o debate, mas também revelaram o impacto afetivo e político de se construir um espaço de escuta, pertencimento e consciência crítica racial dentro da universidade.

Apesar do alcance significativo da atividade, reconhece-se a limitação de impacto

pontual em um grupo específico. A continuidade de ações educativas como essa, ampliando sua periodicidade, público-alvo e articulação com movimentos sociais, a fim de consolidar uma formação antirracista crítica, comprometida com a transformação social e com o fortalecimento da luta por justiça racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. 2. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, E. C. S.; ROCHA, A. C. C. A discriminação da população negra no mercado de trabalho brasileiro pós-abolição. **Iniciação & Formação Docente**, Uberaba, v. 8, n. 2, p. 197–212, 2021. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/revistagepadle/article/view/5726>. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 04 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. 3. ed. Brasília: **Editora do Ministério da Saúde**, 2017. 44 p.

FERREIRA, N. T.. Desigualdade racial e educação: uma análise estatística das políticas afirmativas no ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e227734, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/cKtfPwXVvs4VvBgTw3FvWTL/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 4 jun. 2025.

FERREIRA DA PALMA, V. C. L. C.; PORTUGAL, H. H. A.; BARBOSA, C. B. Estigmatização, dominação simbólica e identidade negra no Brasil: entre o processo civilizador e a exclusão estrutural. **Revista Aracê**, v. 7, n. 4, p. 16780-16799, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4305>. Acesso em: 3 jun. 2025.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 49, Rio de Janeiro: **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101941.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2025.

MORAES, W. S. Legado da Lei Áurea: o racismo institucional e a negação do negro enquanto sujeito histórico. **Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais (READ)**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/>

[index.php/read/article/view/59055](https://www.revistas.unifra.br/index.php/read/article/view/59055). Acesso em: 30 maio 2025.

SANTOS, A. C. M. *et al.* Racismo e acesso à saúde da população negra: uma revisão integrativa. **Revista Ciência & Saúde Nova Esperança**, João Pessoa-PB, v. 22, n. 3, p. 413-425, 2024. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/387172203_RACISMO_E_ACESSO_A_SAUDE_DA_POPULACAO_NEGRA_UMA_REVISAO_INTEGRATIVA. Acesso em: 4 jun. 2025.

SANTOS, J. T. A. invenção do "pós-abolição": identidades e culturas no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História do Brasil Nação: 1808-2010**. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2012. v. 3, p.409-452.

SILVA, A. M. N.; RODRIGUES, M. J. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores. **Revista da Anpege**, v. 19, n. 38, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://revistas.anpege.org.br/ra/article/view/15735>. Acesso em: 30 maio 2025.